

ÍNDICE

1	DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE	
1.1	Relatório da Administração	2
1.2	Demonstrações Financeiras	2
1.4	Parecer dos auditores independentes	2
1.5	Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP	2
2	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2
3	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	3
4	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	3
	ANEXO I ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	4
	ANEXO II ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	27

São Paulo, 17 de março de 2016.

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 18 de abril de 2016 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

I - TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2015, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da KPMG Auditores Independentes ("Auditor Independente"), e, juntamente com o Parecer do Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) sistema Empresas.Net.

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 9º da Instrução CVM nº 481/09 ("Instrução CVM 481"), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 08 de março de 2016 nos jornais O Estado de São Paulo nas páginas 11 e 12 e Diário Oficial do Estado de São Paulo nas páginas 19, 20, 21 e 22.

II - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e também encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br).

III - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2015 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apurou prejuízo no montante de R\$ 17.602.867,17 (dezessete milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos), restando prejudicada a deliberação sobre destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Por essa razão, fica a Companhia dispensada de apresentar as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

IV – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Propõe-se que os membros do Conselho de Administração e Diretoria não recebam remuneração no exercício de 2016.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo II da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

V –DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E RESPECTIVA ELEIÇÃO

A Administração da Companhia recomenda que o Conselho de Administração seja composto por 3 (três) membros e indica os seguintes candidatos, com mandato até a Assembleia Ordinária de 2019:

José Luiz de Godoy Pereira
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Enio Luigi Nucci

Cordialmente,
José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

10.1 Comentários dos diretores

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores afirmam que as informações abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, divulgadas em 02 de março de 2016 no seu website e no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

A análise dos diretores esclarecendo os resultados e as variações das contas patrimoniais constituem uma opinião com base nas demonstrações financeiras.

Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014, e que em 30 de abril de 2015 a UHE Ferreira Gomes encontrava-se em operação comercial plena de suas unidades geradoras, conforme demonstrado abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Os diretores informam que, antes da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 04 de novembro de 2014, a Companhia capitalizou-se tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista Alupar Investimento S.A., quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures obtendo assim os recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas nos itens (f).

Os diretores comentam que a geração de caixa da Companhia após entrada em operação comercial plena tem sido suficiente para cobrir os gastos, as despesas operacionais e amortização de dívidas com empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia encerrou o exercício de 2015 com uma receita operacional de R\$ 155,1 milhões, apresentando uma variação positiva de 76,9% se comparada ao exercício de 2014 que apresentou uma receita operacional bruta de R\$ 87,7 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve receita operacional, pois a Companhia encontrava-se em fase de implantação do Empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2015 a geração operacional de caixa positiva, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 71,8 milhões. (R\$ 76,5 milhões positivo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 0,9 milhões negativo em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2015 o prejuízo foi de R\$ 17,6 milhões. (R\$ 69,4 milhões de lucro líquido em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 1 milhão de prejuízo em 31 de dezembro de 2013).

Os diretores afirmam que, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 a liquidez geral e o índice de endividamento da Companhia foram de:

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante	58.586	102.730	27.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.838	960	960
Passivo circulante	112.571	154.164	204.816
Passivo não circulante	727.299	884.044	741.678
Patrimônio líquido	809.012	643.455	311.998
Liquidez geral (1)	0,08	0,10	0,03
Índice de endividamento (2)	1,04	1,61	3,03

(1) O índice de liquidez geral representa o total do ativo circulante acrescido do imposto de renda e contribuição social diferidos dividido pelo total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante.

(2) O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2015, inclui R\$ 24,7 milhões de adiantamento para aumento de capital ("AFAC"), sendo que, em 31 de dezembro de 2014, totalizava R\$ 183 milhões e em 31 de dezembro de 2013 totalizava 262 milhões.

Até o presente momento, os diretores da Companhia informam que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula contratual.

A diretoria entende que a Companhia tem plenas condições financeiras para dar continuidade as atividades previstas no Contrato de Concessão.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, está abaixo apresentada:

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	28.774	28.897	26.078
Empréstimos, financiamentos e debêntures	726.748	714.764	619.785
Patrimônio líquido	<u>809.012</u>	<u>643.455</u>	<u>311.998</u>
Índice de dívida bancária líquida (1)	<u>0,86</u>	<u>1,07</u>	<u>1,90</u>

(1) Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, no passivo circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários divididos pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamentos efetuados pela Companhia foi baseado na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Passivo total	839.870	1.038.208	946.494
Patrimônio líquido	809.012	643.455	311.998
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.648.882	1.681.663	1.258.492
Capital próprio	49,06%	38,26%	24,79%
Capital de terceiros	50,94%	61,74%	75,21%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item (f).

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possuirá geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir as despesas operacionais e as dívidas com financiamentos e debêntures, embora não possam garantir e nem prever que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, a Companhia descreve o endividamento, as disponibilidades, e o Ebitda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Dívida financeira total (1)	(726.748)	(714.764)	(619.785)
Caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários	<u>28.774</u>	<u>28.897</u>	<u>26.078</u>
Dívida financeira líquida	<u>(697.974)</u>	<u>(685.867)</u>	<u>(593.707)</u>
Patrimônio líquido	<u>809.012</u>	<u>643.455</u>	<u>311.998</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,86</u>	<u>1,07</u>	<u>1,90</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(17.603)	69.456	(1.024)
(+) Resultado financeiro	62.179	25	20
(+) Depreciação e amortização	36.116	2.416	80
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	-	4.591	-
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(8.879)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(=) Ebitda	<u>71.813</u>	<u>76.488</u>	<u>(924)</u>

(1) Dívida financeira total: correspondem às linhas de encargos de dívidas e empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial de cada exercício contábil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores esclarecem que as fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Capital próprio	49,06%	38,26%	24,79%
Capital de terceiros	50,94%	61,74%	75,21%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia S.A. nos exercícios findos acima apresentados foram: cédulas de crédito bancário (CCB), emissão de debêntures, financiamentos do BNDES e recursos dos acionistas (por meio de "AFACs" adiantamentos de futuro de capital).

As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

Os diretores declaram que os recursos dos financiamentos concedidos à Companhia foram utilizados financiar a viabilização do projeto de implantação e construção do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores declaram que em função da geração de caixa, não será necessária a utilização de forma recorrente de linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1g abaixo). Já que o contrato estabelecido como o BNDES veta a contratação de novos financiamentos e ou empréstimos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 726,7 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 19,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 714,8 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 20 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$ 619,8 milhões, líquido do custo de captação no montante de R\$ 3,6 milhões. Os diretores afirmam que os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)

	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante									
BNDES - Subcrédito A	14.359	784	15.143	9.189	3.366	12.555	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	5.683	312	5.995	3.637	1.332	4.969	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	642	34	676	414	73	487	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	24.705	191	24.896	16.271	928	17.199	-	-	-
2ª emissão de debêntures	-	-	-	-	-	-	147.000	19.312	166.312
3ª emissão de debêntures	-	383	383	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação	(1.559)	-	(1.559)	(1.488)	-	(1.488)	(418)	-	(418)
Total	43.830	1.704	45.534	28.023	5.699	33.722	146.582	19.312	165.894
Moeda nacional - não circulante									
BNDES - Subcrédito A	205.822	-	205.822	211.351	-	211.351	205.257	3.133	208.390
BNDES - Subcrédito B	81.462	-	81.462	83.651	-	83.651	81.239	1.240	82.479
BNDES - Subcrédito C	9.191	-	9.191	9.512	-	9.512	4.131	63	4.194
BNDES - Subcrédito D	148.228	-	148.228	170.845	-	170.845	161.337	660	161.997
2ª emissão de debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3ª emissão de debêntures	254.137	312	254.449	221.404	2.682	224.086	-	-	-
(-) Custo de captação	(17.938)	-	(17.938)	(18.403)	-	(18.403)	(3.169)	-	(3.169)
Total	680.902	312	681.214	678.360	2.682	681.042	448.795	5.096	453.891

Os diretores apresentam abaixo um breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2015:

3ª emissão de debêntures: Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão no montante de R\$ 211 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 mil, os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou o primeiro pagamento semestral dos juros remuneratórios. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 20.642 (R\$ 10.504 até 31 de dezembro de 2014).

Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas

instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Em 31 de dezembro de 2015 a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012, ("Contrato BNDES nº 12.2.1390.1"), no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2015 foram liberados o montante de R\$ 468,3 milhões.

Os encargos, saldos liberados e datas de amortização podem ser sumarizados da seguinte forma:

(Em milhares de reais)

Subcrédito	Finalidade	Encargos	Valor do contrato	Saldo liberado	Início amortização	Fim da amortização
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	198.420	198.420	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	78.540	78.540	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	2,34% a.a + TJLP	9.500	9.500	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	2,5% a.a	181.850	181.850	15/05/2015	15/12/2022
Subcrédito E*	Investimentos Sociais	TJLP	2.300	-	-	15/04/2031
Total			470.610	468.310		

* Subcrédito E: liberação deverá ocorrer após apresentação de diagnóstico sócio econômico de entorno do projeto.

Os juros apurados foram integralizados ao principal trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015 conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2015, foi capitalizado R\$ 53,6 milhões ao principal (R\$ 25,5 milhões até 31 de dezembro de 2014). O saldo dos empréstimos com o BNDES, líquido dos custos de captação, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 487,7 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores afirmam que não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores afirmam que não há grau de subordinação entre as dívidas existentes, no entanto conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por

credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

iv. eventuais restrições impostas ao Emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

3ª emissão de debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de fiadora (“Alupar”), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da Companhia em valor superior a R\$ 15 milhões, ou da Alupar em valor superior a R\$ 20 milhões, não cumprimento pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$ 20 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto, na data de emissão, no artigo 34 do Estatuto Social da Emissora.

As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações trimestrais e as demonstrações financeiras padronizadas apresentadas pela Emissora a CVM. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2015 a Ferreira Gomes Energia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Os índices não foram apurados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, visto que a obrigatoriedade encontrava-se em período carência. Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quorum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O contrato estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Os índices não foram apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, visto que a obrigatoriedade encontrava-se em período carência.

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os diretores declaram que todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os diretores afirmam que os recursos obtidos por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados pela Companhia, nos termos da respectiva escritura de emissão, enquanto que em relação aos recursos oriundos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1, aproximadamente 99% (noventa e quatro por cento) do valor empréstimo contratado já foi liberado à Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir os diretores comentam as alterações significativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 descrevendo as principais variações ocorridas na Companhia nestas datas.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	AH	31/12/2013	AV	AH
Ativo								
Circulante	58.586	3,6%	102.730	6,1%	-43,0%	27.160	2,2%	278,2%
Caixa e equivalentes de caixa	4.184	0,3%	28.897	1,7%	-85,5%	26.078	2,1%	10,8%
Títulos e valores mobiliários	24.590	1,5%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	26.270	1,6%	73.055	4,3%	-64,0%	-	0,0%	0,0%
Devedores diversos	167	0,0%	104	0,0%	60,6%	-	0,0%	0,0%
Despesas pagas antecipadamente	2.232	0,1%	270	0,0%	726,7%	31	0,0%	771,0%
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.143	0,1%	404	0,0%	182,9%	1.051	0,1%	-61,6%
Não circulante	1.590.296	96,4%	1.578.933	93,9%	0,7%	1.231.332	97,8%	28,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.838	0,6%	960	0,1%	924,8%	960	0,1%	0,0%
Despesas pagas antecipadamente	15.528	0,9%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	1.552.571	94,2%	1.565.579	93,1%	-0,8%	1.219.838	96,9%	28,3%
Intangível	12.359	0,7%	12.394	0,7%	-0,3%	10.534	0,8%	17,7%
Total do ativo	1.648.882	100,0%	1.681.663	100,0%	-1,9%	1.258.492	100,0%	33,6%
Passivo								
Circulante	112.571	6,8%	154.164	9,2%	-27,0%	204.816	16,3%	-24,7%
Fornecedores	15.258	0,9%	14.855	0,9%	2,7%	21.331	1,7%	-30,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.534	2,8%	33.722	2,0%	35,0%	165.894	13,2%	-79,7%
Salários e férias a pagar	143	0,0%	889	0,1%	-83,9%	1.366	0,1%	-34,9%
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.604	0,2%	11.671	0,7%	-69,1%	3.861	0,3%	202,3%
Uso do bem público	1.194	0,1%	1.194	0,1%	0,0%	-	0,0%	100,0%
Provisão para constituição de ativos	34.698	2,1%	77.045	4,6%	-55,0%	-	0,0%	100,0%
Provisões para gastos ambientais	10.816	0,7%	7.768	0,5%	39,2%	12.364	1,0%	-37,2%
Encargos setoriais	1.317	0,1%	690	0,0%	90,9%	-	0,0%	0,0%
Credores diversos	7	0,0%	6.330	0,4%	-99,9%	-	0,0%	0,0%
Não circulante	727.299	44,1%	884.044	52,6%	-17,7%	741.678	58,9%	19,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	681.214	41,3%	681.042	40,5%	0,0%	453.891	36,1%	50,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.752	1,5%	183.160	10,9%	-86,5%	262.000	20,8%	-30,1%
Provisões para contingências	1.092	0,1%	79	0,0%	1282,3%	79	0,0%	0,0%
Provisão para gastos ambientais	11.044	0,7%	9.292	0,6%	18,9%	12.364	1,0%	-24,8%
Uso do bem público	9.197	0,6%	10.471	0,6%	-12,2%	9.965	0,8%	5,1%
Contas a pagar com partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	3.379	0,3%	-100,0%
Patrimônio líquido	809.012	49,1%	643.455	38,3%	25,7%	311.998	24,8%	106,2%
Capital social	759.242	46,0%	576.082	34,3%	31,8%	314.081	25,0%	83,4%
Reserva de lucros	49.770	3,0%	67.373	4,0%	-26,1%	(2.083)	-0,2%	-3334,4%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.648.882	100,0%	1.681.663	100,0%	-1,9%	1.258.492	100,0%	33,6%

Ativo circulante

Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 14,5% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados na finalização da implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2014 houve aumento de 10,8% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a variação apresentada refere-se saldo remanescente dos

recursos recebidos, subtraído pela utilização dos recursos aplicados na implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes bem como com despesas operacionais, que foram compensados pelo fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos e pela receita operacional gerada após entrada em operação comercial da Companhia que ocorreu no 4º trimestre de 2014 (conforme descrito no item 10.1.a).

Cientes a receber

Em 31 de dezembro de 2015 houve diminuição de 64% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a diminuição refere-se basicamente pelo recebimento de energia comercializada no mercado de curto prazo devido antecipação da entrada em operação comercial no exercício de 2014.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 726,7% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento refere-se basicamente à repactuação do risco hidrológico que a Companhia fez em 28 de dezembro de 2015 nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Em 31 de dezembro de 2014 houve aumento de 771,0% no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, o aumento refere-se basicamente a apropriação de despesas de seguros necessários as atividades operacionais da Companhia.

Tributos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 182,9% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a variação positiva se deu devido à antecipação de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ no decorrer de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014 houve redução de 61,6% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a variação negativa se deu devido à compensação de imposto de renda retido na fonte - IRRF no decorrer de 2014.

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 924,8% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo de R\$ 17,6 milhões no exercício de 2015. Não houve variações em 2014 em relação ao ano de 2013.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 100% no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento refere-se basicamente à repactuação do risco hidrológico que a Companhia fez em 28 de dezembro de 2015 nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92, no montante de R\$ 15,5 milhões.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.553 milhões e R\$ 1.566 milhões, respectivamente.

Durante o exercício de 2015 a Companhia concluiu a implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, adicionando ao ativo em serviço da Companhia o montante de R\$ 23 milhões (aplicando recursos, durante o exercício de 2015, no montante de R\$ 10,4 milhões conforme fluxo de caixa das atividades de investimentos da Companhia). Devido ao fato de a Companhia estar em pleno funcionamento, seus ativos sofreram depreciação no montante de R\$ 36 milhões. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 houve uma redução de 13 milhões, representando diminuição de 0,8% no saldo da conta contábil do ativo imobilizado se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.566 milhões e R\$ 1.220 milhões, respectivamente. O aumento de R\$ 346 milhões refere-se aos investimentos para construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Intangível

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 12,3 milhões e apresentou uma redução de 0,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é decorrente principalmente da amortização do ativo intangível devido entrada em operação comercial da Companhia.

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 12,4 milhões e apresentou um aumento de R\$ 1,9 milhão em relação ao saldo em 31 de dezembro

de 2013. Esse aumento é decorrente principalmente das adições ao uso do bem público.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 2,7% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, em decorrência da atividade operacional da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Em 31 de dezembro de 2014 houve redução de 30,4%, no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a mesma é decorrente da diminuição dos gastos com fornecedores de materiais e/ou serviços contratados devido a entrada em operação comercial parcial da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme o seu cronograma de implantação e construção.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 45,5 milhões e apresentou um aumento de 35% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2014. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia e pela amortização de juros e principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3ª emissão de debêntures.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 33,7 milhões e apresentou uma redução de 79,7% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2013. Essa redução é decorrente, principalmente, pela quitação da 2ª emissão de debêntures.

Salários e férias a pagar

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 geraram as variações de -83,9%, -34,9% e 18,5% respectivamente entre os exercícios analisados.

Esta rubrica é composta por gratificações a pagar, provisões de férias e 13º salário (obrigações estimadas), as quais conforme legislação é efetuada provisões mensais, as variações do saldo desta conta se dão conforme cronograma da obra onde houve épocas com maior ou menor necessidade de colaboradores, implicando assim, nas referidas variações acima de acordo com a necessidade.

Tributos e contribuições sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2015 houve diminuição de 69,1% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente

anterior 31 de dezembro de 2014, a variação refere-se principalmente a redução da provisão de PIS e COFINS sobre o faturamento e da não incidência do IRPJ e CSLL devidos pela Companhia em razão da apuração de prejuízo no exercício de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014 houve aumento de 202,3% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a variação refere-se principalmente a provisão de PIS e COFINS sobre o faturamento e IRPJ e CSLL devidos pela Companhia devido à entrada em operação comercial no 4º trimestre de 2014.

Provisão para constituição de ativos

Em 31 de dezembro de 2015 houve redução de 55% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 39,2% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento deu devido à valores provisionados e/ou ajustes das estimativas de gastos ambientais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 houve redução de 37,2% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a redução se deu devido à execução dos valores provisionados das estimativas de gastos ambientais da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures contabilizadas no passivo não circulante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 eram de R\$ 681,2 milhões, R\$ 681 milhões e R\$ 453,9 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 227 milhões é decorrente das liberações de recursos do contrato celebrado com o BNDES no decorrer do exercício de 2014 como parte da estratégia de alongamento do perfil da dívida da Companhia e a 3ª emissão de debêntures no montante de R\$ 210,9 milhões.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 eram de R\$ 24,7 milhões, R\$ 183 milhões e R\$ 262 milhões, respectivamente. A redução deu-se devido à integralização dos

aportes em capital social pela acionista Alupar Investimento S.A.. Os montantes foram aportados no decorrer dos exercícios com a finalidade de implantação, construção e conclusão da UHE Ferreira Gomes.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 18,9% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento deu devido a valores provisionados e/ou ajustes das estimativas de gastos ambientais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 houve variação negativa de 24,8% no saldo da conta provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a redução apresentada refere-se a realização dos valores provisionados e/ou ajustes das estimativas de gastos ambientais da Companhia

Patrimônio líquido

Capital social

O saldo do capital social em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 eram R\$ 759,2 milhões, R\$ 576,1 milhões e R\$ 314,1 milhões, respectivamente. As variações se deram devido aos aportes recebidos, e que foram integralizados ao capital social da Companhia conforme atos societários.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	AH	31/12/2013	AV	AH
Receita operacional líquida	139.186	-528,38%	83.763	113,12%	66,2%	-	0,0%	0,0%
Custos operacionais	(100.596)	381,88%	(8.222)	-11,10%	1123,5%	-	0,0%	0,0%
Energia elétrica comprada	(32.629)	123,87%	-	0,00%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(19.222)	72,97%	(5.835)	-7,88%	229,4%	-	0,0%	0,0%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	(5.107)	19,39%	-	0,00%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Outros custos operacionais	(7.881)	29,92%	(80)	-0,11%	9751,3%	-	0,0%	0,0%
Depreciação e amortização	(35.382)	134,32%	(2.245)	-3,03%	1476,0%	-	0,0%	0,0%
Uso do bem público - UBP	(375)	1,42%	(62)	-0,08%	504,8%	-	0,0%	0,0%
Lucro bruto	38.590	-146,50%	75.541	102,02%	-48,9%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes do resultado financeiro	(2.753)	10,45%	(1.469)	-1,98%	87,4%	(1.503)	98,7%	-2,3%
Pessoal	(704)	2,67%	-	0,00%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Material	-	0,00%	(9)	-0,01%	-100,0%	(7)	0,5%	28,6%
Serviços de terceiros	-	0,00%	(382)	-0,52%	-100,0%	(1.416)	94,2%	-73,0%
Depreciação e amortização	(359)	1,36%	(109)	-0,15%	229,4%	(80)	5,3%	36,3%
Despesas gerais e administrativas	(1.979)	7,51%	(969)	-1,31%	104,2%	-	0,0%	-100,0%
Outras receitas	289	-1,10%	-	0,00%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	35.837	-136,05%	74.072	100,03%	-51,6%	(1.503)	98,7%	-5028,3%
Resultado financeiro	(62.179)	236,05%	(25)	-0,03%	248616,0%	(20)	100,0%	25,0%
Despesa financeira	(64.952)	246,57%	(30)	-0,04%	216406,7%	(20)	100,0%	50,0%
Receita financeira	2.773	-10,53%	5	0,01%	55360,0%	-	0,0%	100,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(26.342)	100,00%	74.047	100,00%	-135,6%	(1.523)	100,0%	-4961,9%
Imposto de renda	-	0,00%	(3.137)	-4,2%	-100,0%	-	0,0%	100,0%
Contribuição social	-	0,00%	(1.454)	-2,0%	-100,0%	-	0,0%	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.819	-33,5%	-	0,0%	100,0%	499	-32,8%	-100,0%
Lucro (prejuízo) do exercício	(17.523)	66,52%	69.456	93,80%	-125,2%	(1.024)	67,2%	-6882,8%

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se em operação plena de suas atividades, por essa razão a receita operacional líquida apresenta 66,2% de variação se comparada ao mesmo período de 2014. Os custos operacionais do exercício de 2015 apresentam-se em linha com a receita operacional líquida.

Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014 auferindo receita operacional apenas no 4º trimestre, assim as principais variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são decorrentes da entrada em operação e seus reflexos, como o reconhecimento contábil das receitas e de impostos decorrentes da mesma, bem como, das despesas e/ ou custos operacionais. A Companhia estava em fase pré-operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, assim as variações são decorrentes, principalmente, das despesas com serviços de terceiros.

Fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 – Método indireto
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

Fluxos de caixa	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	AH	31/12/2013	AV	AH
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	45.885	-185,7%	1.079	38,3%	4152,5%	(673)	-2,6%	-260,3%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(35.956)	145,5%	(223.120)	-7914,9%	-83,9%	(433.975)	-1669,6%	-48,6%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(34.642)	140,2%	224.860	7976,6%	-115,4%	460.640	1772,2%	-51,2%
Varição no caixa líquido da Companhia	(24.713)	100,0%	2.819	100,0%	-976,7%	25.992	100,0%	-89,2%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativa em R\$ 24,7 milhões, representando uma diminuição de R\$ 27,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A variação no caixa líquido para o exercício em 31 de dezembro de 2014 foi positiva em 2,8 milhões, representando uma diminuição de 23,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Estas variações podem ser explicadas pelos seguintes motivos:

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Os diretores comentam que a variação de 4152,5% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, referem-se principalmente as receitas operacionais auferidas devido à entrada em operação comercial da Companhia. A variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados na finalização da implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os diretores comentam que a variação de 260,3% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, referem-se principalmente as receitas operacionais auferidas devido à entrada em operação comercial da Companhia.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Os diretores entendem que a redução de 83,9% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são decorrentes da diminuição de gastos com investimentos em razão da conclusão da construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Os diretores entendem que a redução de 48,6% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são decorrentes da diminuição de gastos com a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme cronograma da obra.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Os diretores entendem que a redução na variação de 115,4% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014, é decorrente principalmente, da não captação de novos empréstimos e financiamento durante o exercício de 2015 e devido amortização de principal e juros sobre o financiamento do BNDES e amortização de juros sobre 3ª emissão de debêntures.

Os diretores entendem que a variação de 51,2% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013, são decorrentes principalmente, das captações de recursos de terceiros e devido aos aportes de capital da Controladora Alupar Investimento S.A., para financiar a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes compensados pela amortização de empréstimos.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do Emissor, em especial a descrição de quaisquer componentes importantes da receita, bem como quaisquer fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores declaram que a Companhia foi constituída em 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica no Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá. A 1º unidade geradora da Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014 e a 2º unidade geradora em 17 de dezembro de 2014, assim a mesma auferiu receita de energia elétrica nos meses de outubro (mês em que a Companhia realizou testes para entrada em operação), novembro e dezembro o que resultou em uma receita operacional bruta de R\$ 88 milhões, a serem liquidados no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se plenamente em operação, sendo assim, a receita operacional bruta foi de R\$ 155,1 milhões.

Os custos e despesas que afetaram o resultado da Companhia bem como a variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 estão abaixo apresentados:

	31/12/2015	31/12/2014	Variação %	31/12/2013	Variação %
Receita operacional bruta	155.071	87.654	76,91%	-	0,00%
(-) Deduções da receita operacional	(15.885)	(3.891)	308,25%	-	0,00%
Programa de Integração Social - PIS	(2.510)	(571)	339,58%	-	0,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(11.562)	(2.630)	339,62%	-	0,00%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.393)	(690)	101,88%	-	0,00%
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(420)	-	100,00%	-	0,00%
Receita operacional líquida	139.186	83.763	66,17%	-	100,00%
(-) Custos e despesas operacionais	(103.489)	(9.691)	967,89%	(1.503)	544,78%
Energia elétrica comprada	(32.629)	-	100,00%	-	0,00%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(19.222)	(5.835)	229,43%	-	100,00%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(5.107)	-	100,00%	-	0,00%
Depreciação e amortização	(35.741)	(2.354)	1418,31%	(80)	2842,50%
Uso do bem público - UBP	(375)	(62)	504,84%	-	100,00%
Despesas gerais e administrativas	(1.979)	(969)	104,23%	-	100,00%
Pessoal	(704)	-	100,00%	-	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	(140)	-	100,00%	-	-
Serviços de terceiros	-	(382)	-100,00%	(1.416)	-73,02%
Materiais	-	(9)	-100,00%	(7)	28,57%
Outros custos operacionais	(7.881)	(80)	9751,25%	-	100,00%
Outras receitas	289	-	100,00%	-	0,00%
Resultado financeiro	(62.179)	(25)	248616,00%	(20)	25,00%

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Informação facultativa à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Informação facultativa à categoria B.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores declaram que não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores declaram que a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores declaram que não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 as demonstrações financeiras da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nós, os diretores, informamos que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não apresentam ressalvas e/ou ênfase.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresenta ênfase com relação às quantias significativas que a Companhia vem despendendo em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, fato este foi divulgado também pelos diretores nas demonstrações financeiras.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores declaram que a Companhia possui políticas de procedimentos e normas de controles internos formalmente estabelecidos, de forma a garantir que todo o processo de informações e transações que envolvam contratações ou movimentações financeiras sejam devidamente registradas e suportadas por documentações hábeis aprovadas em conjunto por dois membros de seu corpo diretivo.

Até o presente momento não detectamos deficiências significativas nos controles internos já estabelecidos para regimento das operações da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os diretores declaram que no contexto da auditoria sobre as nossas demonstrações financeiras, os auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Nas comunicações efetuadas entre a Companhia e seus auditores independentes acerca da existência de deficiências de controles internos quanto à auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, não foram abordados qualquer aspecto relevante, relativo a controles internos, que pudesse afetar de maneira significativa a adequação de nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7 – Caso o Emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os diretores declaram que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores declaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (“UHE Ferreira Gomes” ou “Projeto”), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

Os diretores comentam que a UHE Ferreira Gomes possui capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 153,1 MW e está localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá e que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014. As datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradoras estão abaixo apresentadas:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MWmédios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh, tendo por referência o mês de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado (“ACR”), o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

No âmbito do ACR, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes foi conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fez o gerenciamento de riscos do Projeto.

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida. Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f).

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.10 (a) acima.

Adicionalmente a Companhia possui, atualmente, as seguintes marcas em processo de registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI. Todos os pedidos de registro ainda estão sob análise do referido Instituto.

Marca	Duração
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717980, nominativa, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718030, nominativa, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718065, nominativa, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718154, mista, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718197, mista, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718251, mista, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718286, mista, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa sessão

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo do item 10.

ANEXO II
DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E RESPECTIVA ELEIÇÃO
Atendimento ao artigo 10 da ICVM 481//2009

Definição do número de membros do Conselho de Administração:

Em linha com os mandatos anteriores, propõe-se que o Conselho de Administração seja composto por 3 (três) membros.

Dados dos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia

12.6 / 8 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Órgão administrador	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Enio Luigi Nucci	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	AGO de 2016, prevista para 18/04/2016	Até AGO de 2019
016.755.578-29	Engenheiro	Conselheiro	AGO de 2016, prevista para 18/04/2016	
Não se aplica.				
José Luiz de Godoy Pereira	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	AGO de 2016, prevista para 18/04/2016	Até AGO de 2019
086.823.468-00	Engenheiro	Conselheiro	AGO de 2016, prevista para 18/04/2016	

Nome	Idade	Órgão administrador	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

Outros cargos e funções exercidas no emissor

Não se aplica.

Paulo Roberto de Godoy Pereira	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	AGO de 2016, prevista para 18/04/2016	Até AGO de 2019
--------------------------------	----	--	---------------------------------------	-----------------

682.734.958-68	Administrador de Empresas	Conselheiro	AGO de 2016, prevista para 18/04/2016	
----------------	---------------------------	-------------	---------------------------------------	--

Não se aplica.

José Antonio Caseiro Vicente	54	Pertence apenas à Diretoria	RCA 30/06/2015	Até a RCA imediatamente após a AGO de 2016
------------------------------	----	-----------------------------	----------------	--

039.403.098-26	Economista	Dir. Administrativo Financeiro e Dir. de Relações com Investidores	ARCA 30/06/2015	
----------------	------------	--	-----------------	--

Não se aplica.

João Carlos Pelicer	55	Pertence apenas à Diretoria	RCA 30/06/2015	Até a RCA imediatamente após a AGO de 2016
---------------------	----	-----------------------------	----------------	--

412.615.696-87	Engenheiro eletricista	Diretor Técnico	RCA 30/06/2015	
----------------	------------------------	-----------------	----------------	--

Não se aplica

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Enio Luigi Nucci – 016.755.578-29

Formado pela Universidade de Mogi das Cruzes. Possui mais de vinte e cinco anos de experiência no setor de infraestrutura e energia. Experiência Profissional: Alupar Investimento S.A – desde 2006 – atuando como Diretor Comercial e Diretor Técnico. Companhia Técnica de Engenharia Elétrica - de 2000 a 2006 atuando como

Diretor Comercial. Eletromontagens Engenharia Ltda. – de 1991 a 2000 - Diretor Comercial e Planejamento e Gerente de Planejamento: Instalação retificadora e montagem de filtros de quinto e sétimo harmônicos; Montagem eletromecânica e instalações para iluminação e alimentação em 34,5 e 15 kV do Complexo Viário Ayrton Senna - túnel sob o Parque Ibirapuera - SP (pista centro-bairro); Construção e montagem c/fornecimento de materiais e equipamentos para a ampliação das SE's, na região Sul e de Florianópolis; Serviços de apoio às obras de transmissão da CESP, em vários locais do Estado de São Paulo.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda não ser pessoa exposta politicamente, no termos da legislação em vigor.

José Luiz de Godoy Pereira – 086.823.468-00

Brasileiro, nascido em 01 de junho de 1965, engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie em dezembro de 1989. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de construção, infraestrutura e energia. Atuou na área de engenharia da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, incluindo áreas de prestação de serviços de engenharia e TV a cabo. Ocupa o cargo de nosso diretor administrativo financeiro desde 11 de julho de 2007, tendo também ocupado o cargo de diretor de relações com investidores entre: (i) 25 de setembro de 2007 e 07 de novembro de 2011 e (ii) 20 de maio de 2014 até 30 de junho de 2015.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda não ser pessoa exposta politicamente, no termos da legislação em vigor.

Paulo Roberto de Godoy Pereira – 682.734.958-68

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1954, administrador de empresas formado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie. Desde 2010 é membro do Conselho de Administração da Companhia. Atuou como conselheiro suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES e como Conselheiro Titular da ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda não ser pessoa exposta politicamente, no termos da legislação em vigor.

José Antonio Caseiro Vicente – 039.403.098-26

Brasileiro, nascido em 14 de outubro de 1961, economista e mestre em Ciências Contábeis e Atuarias pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com MBA em Controladoria pela Universidade São Paulo

Experiência Profissional: Atua desde 2014 como Diretor Administrativo Financeiro nas seguintes empresas: Agua Limpa Energia S.A.; Verde 08 Energia S.A.; Empresa Litorânea de Transmissão S.A.- ELTE; Forquilha IV Energia S.A., A partir de 2015: Ijuí Energia S.A.; Foz do Rio Claro Energia S.A.; Usina Paulista Queluz de Energia S.A.; Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.; ACE Comercializadora Ltda.; AF Energia S.A. e em julho de 2015 na Ferreira Gomes Energia S.A., até os dias de hoje. No setor Elétrico atuou como Diretor Financeiro Administrativo nas subsidiárias da CTEEP: Interligação Elétrica Pinheiros S.A.; Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.; Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. e Evrecy Participações Ltda., durante o período de agosto de 2012 a julho de 2014. Ainda atuou junto ao Grupo EDP - Energias do Brasil (de 2003 a 2010) no segmento de Geração Hídrica como Gestor Executivo de Gestão de Parcerias. Anteriormente atuou por 20 anos nas áreas financeiras nos segmentos de construção civil, farmacêutico, mineração e metalúrgica, banco de investimentos e agroindústria. Atuou como membro do Conselho fiscal da APINE, Conselho Consultivo na Enerprev e diversos Comitês de Gestão no IBGC, IBEF e AMCHAM.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda não ser pessoa exposta politicamente, no termos da legislação em vigor.

João Carlos Pelicer – 412.615.698-87

Brasileiro, engenheiro eletricista, formado pela Universidade Santa Cecilia em 1986. Experiência Profissional: Atua desde abril/2013 como Diretor Técnico para Foz do Rio Claro Energia S.A. (68MW); Ijuí Energia S.A. (51MW) e prestação de serviços de O&M para PCHs Queluz (30MW) e Lavrinhas (30MW). De outubro/2010 a Março/2013 atuou como consultor empresarial para diagnóstico, reestruturação de processos operacionais, desenvolvimento de lideranças e melhorias de clima organizacional. De março/2007 a Outubro/2010 atuou como Diretor de Engenharia e Construções para AES Tietê (2.651MW) e AES Uruguaiana (639MW). Anteriormente Atuou de 2003 a 2005 como superintendente de O&M na AES Tietê (2.651MW), de 2001 a 2003 como gerente da Unidade de Negócio AES Agua Vermelha (1.396 MW), gerente do Centro de Operação da Geração da AES Tietê (1999 a 2001), e do Centro de Operação da CESP – Tietê (1997 a 1999). Experiência como representante na ABRANGE, ANA, NOS, Comitê de Bacias e Secretaria de Energia para assuntos técnicos e operação hidroviária.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda não ser pessoa exposta politicamente, no termos da legislação em vigor.

Tendo em vista que os candidatos já são membros do Conselho de Administração e que, por consequência, trata-se de proposta de reeleição, segue abaixo quadro contendo o total de reuniões realizadas desde a posse (22.04.2013) e o percentual de participação de cada conselheiro nas reuniões realizadas após a posse.

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Enio Luigi Nucci	26	100%
Paulo Roberto de Godoy Pereira	26	100%
José Luiz de Godoy Pereira	26	100%

ANEXO III

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 13.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/2009
(item obrigatório às companhias classificadas na categoria B)

13.2. Remuneração prevista para o exercício social corrente 2016 e reconhecidas nos exercícios de 2013/2014/2015 para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Remuneração prevista para o exercício de 2016 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	-	-
Benefício direto e indireto	-	-
d. Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessaçãõ do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	-

Remuneração reconhecida para o exercício de 2015 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	253.521,24
Benefício direto e indireto	-	108.664,69
d. Remuneração variável		
Bônus		
Participação de resultados		
Participação em reuniões	-	70.000,00
Comissões		
Outros	-	87.783,42
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	5.512,62
Cessaçã do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	526.727,97

Remuneração reconhecida para o exercício de 2014 (R\$ mil)

f. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
g. Nº de membros	3	3
h. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		631.223,16
Benefício direto e indireto		49.773,08
i. Remuneração variável		
Bônus		42.252,04
Participação de resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		182.525,05
j. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		30.471,68
Cessaçã o do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		936.245,01

Remuneração reconhecida para o exercício de 2013 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		652.519,77
Benefício direto e indireto		60.358,78
d. Remuneração variável		
Bônus		407.979,87
Participação de resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		106.899,95
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		10.370,83
Cessaçã do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		1.238.129,20